

Possibilidades decoloniais para bibliotecas universitárias brasileiras: fortalecendo as práticas integradoras face a efetivação de ações antirracistas

Decolonial possibilities for Brazilian University Libraries: strengthening integrative practices in the face of anti-racist actions

Andreia Sousa da Silva   

Resumo

A proposta desse trabalho é apresentar as possibilidades de ações práticas antirracistas e decoloniais nas bibliotecas universitárias, tendo como objetivo relacionar a importância da efetivação das práticas integradoras da biblioteca universitária ao currículo face às relações étnico-raciais no ambiente acadêmico. A revisão da literatura que abrange o marco teórico, abarca a análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o que é apontado por teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação face às práticas antirracistas e a identificação dos aspectos que justificam a construção de uma educação antirracista tanto no ambiente de formação, como o de atuação nas bibliotecas como um todo. Por fim, entende-se a necessidade de uma compreensão ampla e crítica das práticas integradoras e seus desdobramentos no âmbito do delineamento das questões antirracistas que requerem a urgente incorporação de um plano estratégico que sustentaria diversas outras práticas biblioteconômicas mais inovadoras.

Palavras-chave: práticas integradoras; ações antirracistas; biblioteca universitária.

Abstract

The purpose of this work is to present the possibilities of practical anti-racist and decolonial actions in university libraries, with the objective of relating the importance of implementing the integrative practices of the university library to the curriculum in the face of ethnic-racial relations in the academic environment. The literature review covering the theoretical framework includes the analysis of the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture, which is pointed out by theorists of Librarianship and Science of Information on anti-racist practices and the identification of aspects that justify the construction of an anti-racist education both in the training environment and in the work environment in libraries as a whole. Finally, it is understood the need for a broad and critical understanding of integrative practices and their developments in the scope of the delineation of anti-racist issues that require the urgent reincorporation of a strategic plan that would support several other more innovative library practices.

Keywords: integrating practices; anti-racist actions; university library



folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, p. 121-132, jan./abr. 2022. ISSN 2447-0120. DOI 10.46902/2022n1p121-132.

1 Introdução

A Biblioteconomia que conhecemos, ou melhor uma parte dela, por muitos séculos ocupou-se da organização da informação, sem olhar, de modo mais íntimo, para os usuários com o intuito de fortalecer sua diversidade e promover sua inclusão, o que a colocou num patamar de idealização, onde a história da informação como objeto de estudo e os sujeitos que utilizam as bibliotecas estavam distantes dos seus fazeres e dos saberes. Essa parte, segundo Araújo (2018, p. 13), relaciona-se com os “aspectos de tratamento técnico dos documentos”.

Um dos pontos que é levantado pelos bibliotecários antirracistas é sobre como o racismo atua no contexto social brasileiro. Cardoso (2015) afirma que é importante colocar que o racismo, entendido como a negação de direitos, tão presente na sociedade, contribui para o silenciamento e o esquecimento da memória de determinados grupos étnicos, como os afro-brasileiros. Diz também que a escola, as universidades, a biblioteca e os meios de comunicação de massa por muito tempo se voltaram apenas para a cultura branca e europeia, marginalizando outras como as indígenas e a negra e quando essas são lembradas, muitas vezes são apresentadas de forma distorcida, ou mesmo inferiorizada. A mesma autora, também uma mulher negra e bibliotecária, aponta que a biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade, pois ela é uma instituição social, portanto orientada por ideologias e formas de relacionamento.

Revedo e sumarizando o que é conhecido até agora sobre o fazer bibliotecário, Almeida Junior (2018, p.28) diz que:

[...] podemos afirmar que as ferramentas utilizadas pelos que atuam nas bibliotecas e nos equipamentos informacionais são controladoras, a história da área é conservadora, a postura do profissional é conservadora, as concepções que formam a área são conservadoras. Assim a postura política do bibliotecário acaba por se tornar, de maneira geral conservadora.

E por ser conservadora, também racista, patriarcal e machista. E como modificar esse contexto?

Valério (2018) nos aponta uma saída viável, dizendo que acredita que o bibliotecário com uma formação política pautada na compreensão das relações raciais, pode contribuir para uma transformação social na desconstrução das

práticas de discriminação e racismo na sociedade brasileira. Esse ainda reforça que:

[...] uma educação pautada nas relações étnicorraciais consiste em uma postura crítica e reflexiva para a diversidade. As/os bibliotecárias/os formadas/os com essas características podem entender as práticas de informação na sociedade e disseminarem melhores qualidade dos conteúdos informacionais (VALÉRIO, 2018, p. 285).

Diante disso, a proposta desse trabalho é apontar as possibilidades de ações práticas antirracistas e decoloniais nas bibliotecas universitárias, com o intuito apresentar as possibilidades de ações práticas antirracistas e decoloniais nas bibliotecas universitárias, tendo como objetivo relacionar a importância da efetivação das práticas integradoras da biblioteca universitária ao currículo face às relações étnico-raciais no ambiente acadêmico.

2 Aspectos teórico-críticos acerca de uma educação antirracista no âmbito universitário

Por muito tempo a população afro-brasileira lutou por dignidade em diversos campos, principalmente no educacional. Buscou-se reconhecimento, valorização dos seus aspectos sociais, além da afirmação de seus direitos no que diz respeito principalmente à educação. Construiu-se também críticas aos documentos curriculares e aos próprios projetos pedagógicos das escolas e das universidades, apontando a existência de estereótipos negativos relacionados aos africanos e aos afro-brasileiros e por isso foram construídas diversas tentativas de desconstrução do imaginário preconceituoso dos professores que concebiam (e ainda concebem), além de caracterizarem o negro como herdeiro de um passado violento (em suas diversas formas).

Diante disso, é necessário que se construa medidas que permitam a descolonização da educação, tendo como objeto o fortalecimento de políticas e programas públicas educacionais no Brasil para populações subalternizadas. Deste movimento, as instituições educacionais e informacionais estão cada vez mais conscientes das realidades discriminatórias das populações negras e suas culturas. Essas discriminações de inúmeros efeitos nos espectros informacional e cultural decorrem da estruturação da sociedade globalizada pela violência instituinte e destituente dos significados imaginários do projeto civilizatório da modernidade eurocêntrica.

De acordo com Silva, Silva e Ogécime (2020, p. 21):

A consciência emanada deste movimento pressupõe reconfigurar e orientar as iniciativas informacionais e educacionais para o reconhecimento da diversidade cultural capaz de apreender uma emancipação humana na qual vivenciar a cultura e o patrimônio seriam fatores de constituição de um imaginário no qual a história, as culturas africanas e afro-brasileiras seriam representadas.

A questão da descolonização da educação e da cultura também está na pauta, em particular por pesquisadores da área da Educação, como da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, cuja abordagem é fundamentalmente crítica, ética e política. É necessário pensar em como difundir ações educativas nos espaços de formação, como as escolas e universidades pois, de acordo com Silva, Silva e Ogécime (2020, p. 22) é necessário

[...] projetar e implementar processos escolares atentos e proativos que descolonizaram essa organização social e política do mundo requer ações baseadas no reconhecimento efetivo da igualdade de todos os seres humanos em suas diferenças: pessoal, social, histórica e cultural.

E ainda afirmam:

É nesse espírito que a abordagem educacional intercultural está posta como substituto emancipatório da abordagem monocultural predominante. Sua missão é formar alunos e leitores com senso crítico, promovendo seu envolvimento no desenvolvimento de um projeto social igualitário (SILVA; SILVA; OGÉCIME, 2020, p.22).

A consideração, compreensão e estabelecimento desta perspectiva “pluriversalista” definem a abordagem educacional e evidenciam a necessidade de reorientação não só do pensamento mais principalmente das práticas informacionais. Esta abordagem educacional intercultural supõe a construção e disponibilização de informação e saberes plurais que visam superar os preconceitos relacionados à discriminação e ao racismo.

Esta resignificação da educação como aparato de manutenção cultural, desafiam tanto as bibliotecas que funcionam nos ambientes educacionais, como os seus profissionais no que diz respeito às suas funções pedagógicas e documentais na consecução da sua missão emancipatória que essas circunstâncias os atribuem. Por isso, é evidente que novas estratégias, técnicas, posturas e práticas bibliotecárias, com um olhar decolonial, para os novos modos

e propriedades da informação e do conhecimento sejam efetivados, visto que as bibliotecas, inseridas nos ambientes educacionais, incluindo as universitárias, se tornam potenciais unidades de ações capazes de influenciar as condições culturais de cada indivíduo.

O processo educativo como é conhecido atualmente, constitui-se como um dos principais mecanismos de transformação de um povo, sobretudo por meio de espaços escolares que devem ser democráticos e comprometidos com a promoção do ser humano na sua integralidade, com o intuito de possibilitar o desenvolvimento da formação de valores que respeitem as diferenças. Nessa premissa, educadores negros e antirracistas buscaram construir diretrizes curriculares com o intuito de criar estratégias pedagógicas que valorizem as múltiplas diversidades em busca da superação da desigualdade étnico-racial existente na educação brasileira.

No ano de 2003, foi promulgada a Lei 10.639 que alterou a Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passando a determinar a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africanas nos currículos escolares, em todos os níveis de Ensino (BRASIL, 2003). Para o cumprimento da Lei 10.639/03, alguns documentos significativos foram elaborados. Destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileiras e Africana que “trata de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas, oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros” (BRASIL, 2004, p. 10).

Nesse documento, vemos também que as,

[...] escolas têm papel preponderante para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2004, p. 15).

É notória a necessidade de uma reestruturação das instituições educacionais, principalmente no que tange a presença das bibliotecas educacionais (inclui-se as universitárias), que disponibilize no seu acervo, materiais bibliográficos, didáticos e literários, que apresentem aspectos da história e cultura dos afro-

brasileiros e africanos que apresentem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver desses povos e outros grupos étnicos, além de promover atividades culturais e educativas que estejam alinhadas às atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e assim, servir como aporte pedagógico que fortalecerá a presença da diversidade cultural social nos espaços acadêmicos.

2.1 As práticas integradoras: entre as bibliotecas universitárias e os cursos universitários

Entendendo que a existência de múltiplos olhares sobre o que significa ou se espera do currículo escolar, também é importante trazer à tona uma perspectiva que entende ser de maior potência aos processos de aprendizagem, e que por consequência esteja também conectada às políticas de afirmação das diversidades culturais e sociais relacionadas às questões étnico-raciais e das culturas afro-brasileira e africana para que essas sejam tratadas também pelas bibliotecas educacionais de forma integrada aos diversos currículos.

Por isso, há a necessidade de considerar a importância da biblioteca universitária, como um dos organismos de ensino-aprendizagem presentes nas universidades, atuando de forma integrada aos currículos consonante com a perspectiva aqui apresentada. Importante ressaltar que quando se pensa em uma prática integrada, é necessário desconstruir com o tradicionalismo, que normalmente associa a localização da informação como a única ação desenvolvida pelos profissionais que atuam nas bibliotecas universitárias.

Para que esse desafio integrador seja concretizado, é necessária a responsabilização pelo processo de integração da biblioteca com o currículo acadêmico, ainda mais porque a atribuição de um papel catalizador não recaia apenas sobre um segmento, mas que seja compartilhado por bibliotecários e professores atentos à necessidade de se integrar habilidades de uso da biblioteca àquelas presentes nos currículos.

2.1.1 A presença das relações étnico-raciais nas bibliotecas universitárias

Trazendo a biblioteca universitária para o centro da discussão e sua importância para o processo educacional e formação cidadã, de como essa possibilita o acesso à informação, detém um espaço que promove o desenvolvimento de ações educativas através do papel de mediador do/a bibliotecário/a, vale aqui

analisarmos de que forma se dá esse processo de mediação. Diante disso, esse profissional:

[...] não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão do processo de discriminação racial brasileiro que desqualifica a participação da população negra na construção social (GOMES, 2017, p.747).

Fortalecendo essa afirmação, é importante que o/a bibliotecário/a tenha a real compreensão da dimensão da pessoas negra na sociedade e as impossibilidades que foram impostos à esses gerando dificuldades à sua inserção social. É necessária acreditar na inexistência da neutralidade, pois essa permitiu/permite que esse profissional atuasse/atue como um mero instrumento ideológico que apenas organiza, dissemina e reproduz informações que estão distantes dos interesses das classes populares sem influencias.

Por isso que o/a bibliotecário/a deve focar principalmente no seu papel principal, o/a de mediador/a, entendo que:

[...] a mediação da informação pode trazer efeitos positivos ao leitor, caso a/o profissional esteja apta/o a tratar das questões inerentes à valorização dos símbolos e princípios étnico-raciais lançando mão de um pensamento crítico contextualizado na realidade do público ao qual a biblioteca presta seus serviços (GOMES, 2016, p.748).

Vale lembrar que a biblioteca através da seleção de materiais para a constituição do seu acervo, deve disponibilizar um material literário que tenha como foco apresentar elementos que centralizem tragam para o debate, as questões étnico-raciais a partir do viés cultural, histórico, para promover a produção do conhecimento, a valorização da oralidade e memória, potencializando a mudança de estereótipos negativos atribuídos aos saberes afrodiaspóricos. "É importante que esse olhar apurado da profissão dê visibilidade e voz para a diversidade étnico-cultural, denunciando práticas e materiais de cunho discriminatório, eliminando estereótipos" (GOMES, 2016, p. 749).

As práticas pedagógicas do/a bibliotecário/a têm a possibilidade ressignificar a luta e a resistência dos afro-brasileiros. Para tanto, a modificação e ampliação

da sua implementação por meio de novas fontes de saber e de conhecimento, em função de uma formação profissional que auxilie na implantação de conteúdo relacionado aos aspectos da cultura e história afro-brasileira e africana são promissoras, desde que alinhadas aos aspectos de uma educação antirracista.

Por isso, Cardoso (2015, p. 34) afirma que:

Uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico-cultural do contexto em que está inserida; analisar criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas dos negros e também identificar as histórias silenciadas; recuperar, preservar e disseminar a memória da população negra, possibilitando aos usuários da biblioteca o convívio com a diversidade cultural.

Diante disso, visando o desenvolvimento de ações educativas no combate ao racismo e ao fortalecimento da educação antirracista nos ambientes educacionais, o trabalho do/a bibliotecário/a deve abranger temáticas que possibilitem o desenvolvimento de ações que promovam a equidade racial e social dos afro-brasileiros. Vale destacar que com a instituição da Lei 10.639/03 e suas diretrizes, vimos a necessidade do estabelecimento de algumas ações como por exemplo a produção de livros que abordam a temática étnico racial, pois a inserção da literatura sobre os aspectos da cultura africana e afro-brasileira tem função significativa nos processos educativos, Fontes (2019, p. 85) ressalta que

[...] podem ser desenvolvidas na biblioteca escolar ações que envolvem toda diversidade étnica estética e artística existente no ambiente escolar. Precisando de atenção por parte dos educadores sobre conteúdos existentes nos textos e materiais didáticos, além de abrir o espaço da escola, especificamente da biblioteca, para os movimentos sociais artísticos, entre outros, que compõem a comunidade escolar.

Em se tratando dos aspectos técnicos que envolvem as práticas bibliotecárias (seleção de materiais, classificação, catalogação, indexação, disseminação dentre outros), conceituadas por Cardoso (2015), Gomes (2016) e Fontes (2019) como ações educativas, é necessário compreender que essas estão relacionadas à um contexto que não podem estar desvinculadas das relações sociais (étnicos, culturais, gênero e de classe).

Então, deve-se entender que o profissional bibliotecário deve apresentar uma postura ética e um pensamento crítico que possibilite a ampliação do seu olhar

sobre o local onde atua, a construção da real democratização do acesso à informação que atenda as necessidades informacionais de todos os seus usuários, sem discriminações e manutenção da presença de saberes apenas eurocentrados estabelecendo assim uma mudança das práticas com o intuito de uma descolonizar os saberes e assim aproximar tanto o/a bibliotecário/a quanto os seus usuários da história e cultura afro-brasileira e africana.

3 Metodologia

Esse estudo teve como objetivo, identificar o processo de integração entre a biblioteca e o currículo escolar, para verificar a presença (ou ausência) de práticas desenvolvidas no âmbito da biblioteca universitária, que representam aspectos da história e culturas afro-brasileiras e africanas, presentes na Lei 10.639/03.

Para a realização desse estudo, foram delimitados alguns aspectos metodológicos, conforme apresentados abaixo:

Quadro 1 - Aspectos metodológicos presentes na pesquisa:

Aspecto	Descrição
Natureza	Exploratória
Abordagem	Qualitativa
Procedimento	Documental
Instrumento de Coleta de Dados	Documentos

Fonte: elaborada pela autora (2021).

A partir desse quadro, realizou-se uma análise documental e bibliográfica por meio de documentos produções científicas relacionadas à educação e especificamente à educação das relações étnico-raciais nos ambientes escolares.

4 Considerações finais

Inserir a temática das questões étnico-raciais no ensino superior propõe olhar para a formação e atuação dos profissionais que devem ser capazes de reunir as habilidades técnicas da profissão a partir de uma percepção social voltada para a promoção do conhecimento humano e a valorização dos aspectos culturais.

Ao se fazer a análise das práticas integradoras das bibliotecas dos ambientes educacionais, como a biblioteca universitária, junto aos currículos que buscam fortalecer o ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras, percebe-se que há, nessas, a necessidade de promover práticas integradoras aos currículos cujas orientações são alinhadas às diversas disciplinas e cursos.

A conjugação dessa postura se enquadra no movimento emergencial do giro intercultural na Educação, assim como na dinamização dos serviços e produtos informacionais para a disponibilização e diversificação da informação e do conhecimento visto que há, uma tendência de reinvenção e adoção de outras práticas estratégicas que garantam a democratização da informação.

Descolonizar e diversificar significa desconstruir estruturas e abordagens herdadas do colonialismo para construir novas bases que integrem os saberes plurais e a diversidade cultural, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação deve implicar a criação de estruturas, práticas inovadoras para divorciar com as antigas bases e não apenas adaptá-las às novas realidades advindas das bases funcionais com propósitos de etiquetar necessidades emergentes.

Referências

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. O bibliotecário é um profissional apolítico? *In*: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; et. al. **Formação e atualização política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 285-290. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/213/188>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2004. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O Negro na Biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

FONTES, Sandra Regina. **Educação das Relações Étnico-raciais nas Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Programa de Pós Graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1438/Sandra_Regina_Fontes_15840202631373_1438.pdf Acesso em: 12 abr. 2022.

GOMES, Elizângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca.

Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1216> Acesso em: 01 fev 2022.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. Informação e protagonismo social*. Salvador: EDUFBA, 2017.

SILVA, Andréia Sousa da; SILVA, Eduardo Valadares da; OGÉCIME, Mardochée. Práticas integradoras da biblioteca escolar ao currículo face ao ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras. *In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. (org.). Bibliotecári@s negr@s: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2020. p. 21-44. Disponível em:

https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_1e81c9b20f484fbbaeac95f1471d0832.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. A formação política do(a) bibliotecário(a) no campo das relações raciais. *In: Daniela Fernanda Assis de Oliveira; et. al. Formação e atualização política na Biblioteconomia*. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 269-283. Disponível em:

<https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/213/188>. Acesso em: 12 abr. 2022.

Sobre a autoria

Andreia Sousa da Silva

Mestra e Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCIN/UFSC). Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bacharel em Biblioteconomia pela UDESC. Presidente da Associação Catarinense de Bibliotecários: Gestão 2021-2023. Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC). Membro do Grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Pesquisa em Informação Antirracista e Sujeitos Informacionais (ALAYE).

andreia.ssilva@gmail.com

Artigo submetido em: 16 fev. 2022.

Aceito em: 12 abr. 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia
Revista Folha de Rosto



✉ folhaderosto@ufca.edu.br

📷 [@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)

🐦 [@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri em formato digital e periodicidade quadrimestral.